



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO NORTE MINEIRA SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO URBANO

**Autores:** VICTORIA CAROLINE VIDAL, HUGO CARDOSO RIBEIRO SOUSA, MARCELA ALVES FONSECA, VALÉRIA APARECIDA MOREIRA COSTA, IARA SOARES DE FRANÇA, MARIA IVETE SOARES DE ALMEIDA

### Introdução

Os primeiros indícios do planejamento urbano datam do final do século XIX no Reino Unido e nos Estados Unidos como resposta aos problemas urbanos ocasionados pela expansão do sistema capitalista. Nessa perspectiva, conforme elucidado por Clark (1991, p. 227) as cidades surgiram como centros de riqueza e prosperidade, contudo, simultaneamente se caracterizavam pela grande superlotação, altos níveis de morbidade e mortalidade infantil e pobreza.

Em decorrência disso, o planejamento passou a ser largamente debatido por políticos, filósofos e idealistas que visavam à diminuição da criminalidade e desordens sociais apontando que alguns males sociais poderiam ser superados pelo inteligente padrão urbano físico. (CLARK, 1991, p. 231)

No Brasil, conforme Souza (2009) o debate sobre o planejamento surge em meados da década de 1930 e se intensifica nos anos de 1950, num cenário de reorganização territorial via política desenvolvimentista. O Estado participou ativamente no (re) planejamento das cidades visando à adequação às necessidades do desenvolvimento capitalista.

Todavia, o poder público privilegiava o aspecto econômico no planejamento em detrimento as necessidades sociais. Com isso, entre as décadas de 1980 a 1990, os movimentos sociais organizaram-se almejando a justiça social no espaço urbano através do movimento denominado “Reforma Urbana”. Nessa perspectiva, França (2016) explana que os movimentos sociais aproveitaram o processo de redemocratização do país e organizaram, em 1986, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana em que reivindicavam a função social da cidade e da propriedade e o controle da especulação imobiliária.

Como resposta a reivindicação do movimento supracitado, a Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê, através dos artigos 182 e 183, a participação popular e de outros segmentos no processo de planejamento urbano juntamente com o Estado. Todavia, “somente em 2001 os instrumentos para a implementação da política urbana prevista na CFB de 1988 foram regulamentados com a aprovação da Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, o Estatuto da Cidade.” (FRANÇA, 2016, p. 115).

A Lei do Estatuto da Cidade estabelece que o poder público, ao regular a propriedade urbana, deve privilegiar o bem estar coletivo. Além disso, conforme ressaltado por França (2016), essa Lei concede mais autonomia ao poder público municipal na elaboração de políticas públicas locais e pode favorecer maior participação social no processo de desenvolvimento do Plano Diretor.

Sobre o Plano Diretor, Souza (2009) explica que:

O Estatuto da Cidade vem garantir a efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana e rural na esfera municipal. Reafirma a obrigatoriedade do Artigo 182 da Constituição, que exige a elaboração de planos diretores para as cidades com população acima de 20 mil habitantes. (SOUZA, 2009, p. 356).

Assim, o Plano Diretor consiste em um instrumento do planejamento urbano que deve ser pautado em aspectos sociais, econômicos e ambientais e ser elaborado juntamente com a participação social.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem analisado a participação social nos processos de planejamento urbano em municípios da Mesorregião do Norte de Minas.

### Material e métodos

A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica das temáticas planejamento urbano e participação social (CLARK, 1991; FRANÇA, 2016; SOUZA, 2009; CORREA, 2000), aplicação de entrevistas com a população residente e questionários para estudantes de ensino superior ou técnico dos municípios analisados. Os roteiros foram aplicados em um bairro que abriga população de classe média ou alta, em um bairro com população de baixo poder aquisitivo e, em um ponto de grandes fluxos urbanos, normalmente, o núcleo central do município. A pesquisa foi realizada, até o momento, em 11 municípios da Mesorregião Norte de Minas (Bocaiúva, Capitão Enéas, Francisco Dumont, Glaucilândia, Grão Mogol, Itacambira, Janaúba, Januária, Japonvar, Mirabela e Pirapora), com aplicação aproximada de 25 a 30 roteiros em cada um.

Este trabalho resulta da pesquisa Planejamento Regional e Instrumentos de Gestão Intermunicipal no Norte de Minas Gerais, Coordenado pela professora doutora desenvolvida pelos autores dos cursos de Geografia e Engenharia Civil no Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LAEUR) vinculado ao Departamento de Geografia de Montes Claros – UNIMONTES. Apoio financeiro: Pesquisa Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. FAPEMIG (Editora)



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Os dados coletados foram analisados e sistematizados por meio de gráficos e tabelas, considerando as seguintes questões: conhecimento do entrevistado sobre o Plano Diretor ou outra lei urbana, sua participação no processo de elaboração ou atualização das leis e a importância de sua participação no processo de planejamento urbano.

### Resultados e discussão

Ao questionar os entrevistados se tinham conhecimento sobre o que é o Plano Diretor, positivamente, destaca-se: Mirabela (11,69%), Bocaiúva (8,05%) e Pirapora (6,38%), conforme exposto na tabela 1.

Já em relação à importância da sua participação social no planejamento urbano, tem-se os municípios de Glaucilândia (97,92%), Capitão Enéas (96,04%) e Itacambira (95,77%). (tabela 2).

Sobre a participação social na elaboração do Plano Diretor ou qualquer outra lei urbana, aponta-se os municípios de Itacambira (38,03%), Glaucilândia (27,08) e Japonvar (25,24%). (tabela 3). Tal resultado reflete a desmotivação, haja vista que a população não se sente ouvida pelo poder público.

Diante disso, coloca-se a necessidade de uma ampliação por parte, primeiramente, do poder público municipal, acerca do Plano Diretor e demais leis urbanas através de mídias, palestras em instituições de ensino e locais públicos diversos para o conhecimento de todos cidadãos.

Assim, se estabelecerá uma aproximação entre poder público e população, possibilitando o aumento do interesse da população em participar ativamente no processo do planejamento urbano, tendo em vista que a mesma se sentirá incluída na cidade, podendo melhorar a qualidade de vida urbana.

### Considerações Finais

O planejamento surge devido à necessidade de se ordenar o espaço tendo em vista os problemas urbanos ocasionados pela urbanização acelerada e desordenada, tais como: concentração de renda, favelização, desemprego, violência e mobilidade urbana, entre outros. Nessa direção, é função do poder público promover ações visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Todavia, observa-se que o Estado, não raro, se coloca como agente capitalista e segregador em detrimento das necessidades sociais. Em decorrência disso, Corrêa (2000) aponta que os mais afetados pelo descaso do poder público em relação aos serviços de educação, saúde e segurança são as populações de baixo poder aquisitivo.

Diante disso, ressalta-se a pertinência da sociedade civil de exercer o seu direito de participação, juntamente com o poder público, para o desenvolvimento de uma organização espacial urbana social mais justa. A participação social nos processos de planejamento urbano, pode se materializar pela fiscalização das ações estatais e, logo, dificultando a corrupção política, com vistas à melhoria de vida da população. O Plano Diretor e as demais leis urbanas são importantes instrumentos para o alcance dessa perspectiva.

### Agradecimentos

Agradeço a Deus pela sua infinita bondade e por ter aberto as portas da universidade, à minha mãe pelo incentivo constante, à minha orientadora pela oportunidade e ajuda no desenvolvimento da pesquisa, aos meus colegas de laboratório e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro.

### Referências bibliográficas

- CLARK, David. Planejamento Urbano e Política Urbana. In: **Introdução à Geografia Urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A, 1991. Cap. 7. p. 227-264.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 49 p.
- FRANÇA, Iara Soares de. Planejamento urbano e participação social em cidade média: a revisão do plano diretor de Montes Claros-MG. **Geotextos**, Bahia, v. 12, n.2, p.107-134, dez. 2016. Semestral.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

SANTOS, Bruna Stefanie Macedo. *et al.* **O Planejamento Urbano na Perspectiva dos Gestores Municipais no Norte de Minas: Desafios e Potencialidades para a Participação Social.** Disponível em: <<https://www.fepeg2017.unimontes.br/anais/download/289>> Acesso em: 04 de outubro de 2018

SOUZA, Edson Belo Clemente de. O Território e a Região: Análise de Políticas Públicas. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 341-365.

**Tabela 1.** Conhecimento da população sobre o Plano Diretor

Cidades	Conhece o Plano Diretor?		
	Sim	Não	Não informou
Pirapora	6,38%	75,18%	18,44%
Janaúba	4,44%	93,33%	2,23%
Jamúria	2,92%	96,35%	0,73%
Bocaiuva	8,05%	89,65%	2,30%
Mirabela	11,69%	83,12%	5,19%
Francisco Dumont	2,27%	50,00%	47,73%
Japonvar	1,94%	58,25%	39,81%
Capitão Enéas	1,98%	55,45%	42,57%
Grão Mogol	5,62%	86,52%	7,86%
Itacambira	2,82%	92,95%	4,23%
Glauclândia	2,08%	95,83%	2,09%

Fonte: Pesquisa Empírica, NOVENBRO, 2017; SETEMBRO 2018.

Org.: FONSECA, M.A.; 2018.

**Tabela 2:** Consideração da população sobre a importância da sua participação no planejamento urbano



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Consideram Importante a Participação nos Processos de Planejamento da Cidade?			
Cidades	Sim	Não	Não informou
Pirapora	74,47%	7,09%	18,44%
Janaúba	94,07%	5,93%	0,00%
Januária	94,89%	5,11%	0,00%
Bocaiuva	93,10%	4,60%	2,30%
Mirabela	88,31%	7,79%	3,90%
Francisco Dumont	93,18%	6,82%	0,00%
Japonvar	93,20%	5,83%	0,97%
Capitão Enéas	96,04%	3,96%	0,00%
Grão Mogol	95,51%	3,37%	1,12%
Itacambira	95,77%	4,23%	0,00%
Glaucilândia	97,92%	2,08%	0,00%

Fonte: Pesquisa Empírica, NOVEMBRO, 2017; SETEMBRO 2018.

Org.: FONSECA, M.A.; 2018.

**Tabela 3:** Participação social para tratar do Plano Diretor ou qualquer outra lei urbana

Participou do Processo de PD			
Cidades	Sim	Não	Não informou
Pirapora	5,67%	73,76%	20,57%
Janaúba	13,33%	80,74%	5,93%
Januária	14,60%	83,94%	1,46%
Bocaiuva	18,39%	78,16%	3,45%
Mirabela	9,09%	84,42%	6,49%
Francisco Dumont	22,73%	75,00%	2,27%
Japonvar	25,24%	71,84%	2,92%
Capitão Enéas	21,78%	75,25%	2,97%
Grão Mogol	19,10%	80,90%	0,00%
Itacambira	38,08%	61,97%	0,00%
Glaucilândia	27,08%	72,92%	0,00%

Fonte: Pesquisa Empírica, NOVEMBRO, 2017; SETEMBRO 2018.

Org.: FONSECA, M.A.; 2018.

*Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes nº1.339.853.*



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X